

PRIVILÉGIO É MORAR EM UMA DAS
ÁREAS MAIS NOBRES DE IPANEMA.

B5'D

Emissão de poluentes no Rio aumenta 40% em dez anos

Inventário revela que estado se distancia de plano para combate às mudanças climáticas

POR RENATO GRANDELLE

09/06/2017 4:30



As emissões no estado do Rio

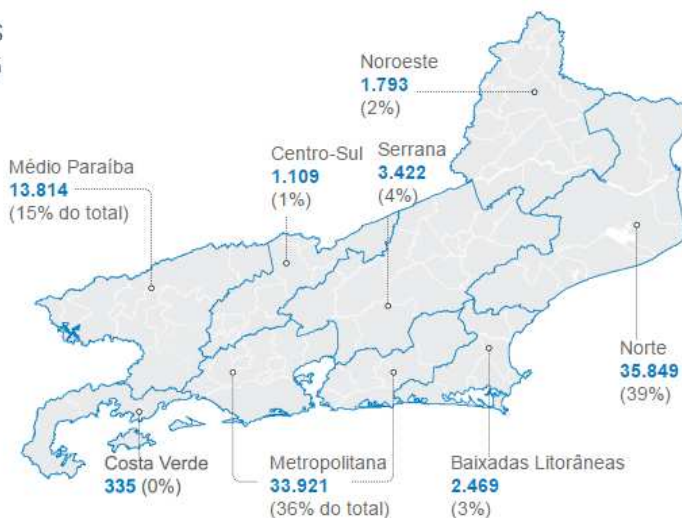
TOTAL GERAL

Em gigagramas
(Cada gigagrama
representa mil
toneladas de
CO₂)



MAPA DAS EMISSÕES POR REGIÃO EM 2015 EM GIGAGRAMAS

A região mais emissora do estado do Rio em 2015 foi o Norte fluminense, cuja economia é baseada nas atividades ligadas ao setor de óleo e gás. Em seguida vem a Região Metropolitana, onde a maioria das emissões está relacionada ao consumo de energia e transporte



Fonte: Centro Clima / Coppe - UFRJ

O GLOBO

RIO — A emissão de gases de efeito estufa no estado do Rio aumentou 40% em dez anos, segundo um inventário divulgado ontem pelo Centro Clima, coordenado pela Coppe-UFRJ. O levantamento, que considerou a liberação de poluentes entre 2005 e 2015, revela a dificuldade de setores econômicos como produção energética e recuperação de bacias hidrográficas em seguir projetos que exigem a redução drástica do envio de CO₂ para a

atmosfera.

Veja também



Governos em 24 países são processados por inação no combate ao caos climático



Imagens mostram os impactos das mudanças climáticas no planeta



Governadores reduzem investimentos em gestão ambiental

O consumo de energia quase dobrou — passou de 38,9 mil para 70,2 mil gigagramas de CO₂ (cada gigagrama equivale a mil toneladas),

especialmente nos setores públicos, comerciais, de transporte e indústria.

Para os pesquisadores, a multiplicação do valor pode ser explicada pela crise hídrica ocorrida em 2015. Devido à falta de chuvas e ao baixo rendimento das hidrelétricas, as termelétricas, que são fonte de energia mais poluente, precisaram ser acionadas. O setor industrial, por sua vez, foi impactado com a inauguração no estado da Companhia Siderúrgica do Atlântico em 2010.

— Ainda não há tecnologia para produzir aço com pouca emissão de carbono

— destaca Emilio La Rovere, coordenador do Inventário de Emissões de

Gases de Efeito Estufa e professor de Planejamento Energético da Coppe-

UFRJ. — Mesmo assim, a siderúrgica conseguiu bons resultados, porque sua liberação média de poluentes é menor do que nas indústrias chinesas.

LONGE DAS METAS

Um decreto de setembro de 2011 instituiu a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável, que prevê compromissos para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Por enquanto, a indústria ainda não conta com metas estabelecidas. Outros setores, porém, já têm um cálculo estabelecido, e estão cada vez mais longe de obedecê-lo.

De acordo com a política estadual, em 2030 o setor de transportes deve limitar suas emissões a 10,91 gigagramas de CO₂. Em 2015, no entanto, a liberação de poluentes ultrapassa a marca de 15 gigagramas de CO₂. O calcanhar-de-Aquiles para atingir o marco está na Região Metropolitana, por onde se deslocam mais de 12 milhões de habitantes.

Emilio ressalta que os projetos estaduais têm dificuldade para controlar o aumento da poluição nos transportes.

— As emissões do setor estacionaram entre 2010 e 2015, mas é difícil baixá-las, porque o preço da gasolina diminuiu e falta estímulo para a adoção do etanol. O governo deve promover esta iniciativa — reivindica. — Isso pode ser revertido com uma política de incentivo a combustíveis renováveis, cujo nível de emissão é muito mais baixo.

Coordenadora técnica do estudo e pesquisadora do Centro Clima da Coppe-UFRJ, Carolina Dubeux sublinha outro fator que pode reduzir a presença de poluentes em meios de transportes:

— O pico das emissões no setor ocorreu porque estávamos em uma fase de crescimento econômico. Com a crise, a demanda caiu, principalmente por transportes individuais, como os automóveis.

O consumo energético do setor público deveria ter a emissão restrita a 203,11 gigatoneladas de CO₂ em 2030. No entanto, o levantamento aponta que, em 2015, a liberação de gases-estufa do setor era de 694,82 gigatoneladas.

A restrição aos esgotos urbanos também está distante da meta — em 2015, era responsável pela emissão de 79,24 gigatoneladas de CO₂. Em 2030, precisa ser restrita a 23,78 gigatoneladas. Carolina, porém, acredita que as metas ainda são viáveis.



Peixes mortos nas margens da Ilha do Governador - Pablo Jacob

— O custo da energia eólica e solar diminui a cada ano. Portanto, será cada vez mais requisitada — avalia. — A renovação da frota e a demanda por veículos elétricos contribuirão para o corte de poluentes no setor de transportes. Quanto ao esgoto, trata-se de um imbróglia institucional. É inevitável que as autoridades elaborem políticas para saneamento das lagoas da Barra da Tijuca e da Baía de Guanabara. O esgoto a céu aberto provoca doenças, afeta o bem-estar da população, causa prejuízos ao turismo. Não se trata apenas de um problema ambiental.

AVANÇO NOS ATERROS SANITÁRIOS

O inventário, no entanto, também trouxe uma boa notícia. A liberação de resíduos sólidos urbanos caiu de 378 para 186 gigatoneladas de CO₂ entre 2010 e 2015. Está no caminho para, em 2030, restringir-se a 112 gigatoneladas.

— Este é o resultado da política nacional de resíduos sólidos, uma grande ação do governo para acabar com os lixões — explica Carolina. — Os aterros sanitários fluminenses estão queimando metano e usando-o para a produção de energia. Trata-se de uma política sanitária que também provocou um impacto climático positivo.

— Já temos projetos bem-sucedidos para aterros sanitários. Agora, falta trabalhar o esgoto — analisa Emilio, que admite a possibilidade de revisar os compromissos da política estadual, abraçando compromissos menos ambiciosos. — As metas não estão escritas em uma pedra. Se for necessário, podem ser revisadas. Precisamos verificar a atual conjuntura e as tendências para, depois, desenhar o futuro, saber qual será o nosso foco. Depende de nossas condições financeiras e de vontade política. É uma cobrança constante a governos, empresas e à academia.

Nove lixões foram fechados nos últimos anos — sobraram 18. Em alguns, como o de São Gonçalo, os técnicos da Secretaria estadual de Ambiente esbarram em problemas de segurança, porque são áreas dominadas por traficantes e milicianos.

André Corrêa, que está à frente da pasta, comemora o avanço do combate ao desflorestamento. O governo estima que precisaria de R\$ 8 bilhões para implementar políticas de plantio de árvores. Diante da falta de recursos, foi necessário eleger prioridades.

— Vamos privilegiar as áreas que tenham interferência direta no abastecimento de água do estado — anuncia. — A região de Rio das Flores, por exemplo, vai ganhar 60 mil mudas. E também vamos tentar recuperar locais como o Rio Carioca, cuja nascente é no Parque Nacional da Tijuca.

Segundo um levantamento recente, o estado ainda preserva 30% da cobertura florestal de Mata Atlântica. Agora, as análises de satélite, que detectavam apenas áreas de desmate superiores a 3 hectares, estão mais sofisticadas e conseguem verificar cortes de árvore em regiões de apenas 1 hectare. Corrêa admite que a tecnologia traz um novo desafio — o combate à devastação de pequenas regiões é mais complexo.



PUBLICIDADE

A MELHOR SOLUÇÃO EM
**LOGÍSTICA, COMÉRCIO
EXTERIOR E ARMAZENAGEM**



S Soimpex